

# roberto simonsen e a modernização do brasil na primeira república\*

## roberto simonsen and the modernization of brazil in the first republic

**Luiz Felipe Bruzzi Curi\*\***

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

**Alexandre Macchione Saes\*\*\***

Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

### RESUMO

O objetivo deste artigo é qualificar a associação entre a obra de Simonsen e o início do desenvolvimentismo, bem como seu caráter de antecipador de teorias ligadas ao campo da economia do desenvolvimento. Essa qualificação se faz por meio da análise de alguns textos “iniciais” de Simonsen publicados nas décadas de 1910 e 1920, os quais refletem uma lógica muito distinta do projeto desenvolvimentista. Desdobra-se a ideia de que, nesse momento, Simonsen estava preocupado com questões relativas à modernização do Brasil, que eram distintas dos problemas tratados posteriormente, relacionados à evolução industrial do Brasil e ao planejamento econômico. Nesse início

### ABSTRACT

This study is intended to qualify the association between Simonsen's works and the beginning of developmentalism (or *desenvolvimentismo*), as well as the idea that he eventually anticipated theories related to the field of “development economics”. This qualification emerges from the analysis of Simonsen's “initial” writings, published in the 1910s and 1920s, which reflect a logic quite different from the one that prevailed in the broad developmentalist project. We argue that, at this moment, Simonsen was concerned with questions related to the modernization of Brazil, which were quite different from problems treated later, regarding Brazilian industrial evolution and economic planning. At the

---

\* Este artigo é um resultado parcial da pesquisa de mestrado realizada por Luiz Felipe Bruzzi Curi no Programa de Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP, nos anos de 2012 e 2013. O trabalho, orientado por Alexandre Saes, contou com o apoio financeiro da FAPESP. O artigo foi aprovado para ser apresentado no Encontro de Pós-Graduação em História Econômica da ABPHE, em Niterói, em setembro de 2014.

Submetido: 15 de junho de 2014; aceito: 16 de agosto de 2014.

\*\* Doutorando em História Econômica pela FFLCH/USP. E-mail: luizfelipebfc@gmail.com.

\*\*\* Professor do Departamento de Economia da FEA/USP. E-mail: alexandre.saes@usp.br.

de carreira, Simonsen dirigiu a Companhia Construtora de Santos, integrou a Missão Comercial à Inglaterra e engajou-se num debate sobre o asfaltamento em São Paulo. A partir da atuação de Simonsen nesses contextos, busca-se ressaltar as especificidades do seu pensamento, de forma a compreender as articulações entre as suas ideias e o processo de modernização vivido pelo Brasil no início do século XX.

**Palavras-chave:** Roberto Simonsen. Modernização. Pensamento econômico brasileiro. Primeira República.

beginning of his career, Simonsen led the Companhia Construtora de Santos, integrated the Brazilian Trade Mission to England and took part in a debate about the type of asphalt to be used in the city of São Paulo. From Simonsen's production related to these contexts, we seek to highlight the specificities of his thought, so as to understand the articulations between his ideas and the modernization that Brazil was experiencing at the beginning of the 20th century.

**Keywords:** Roberto Simonsen. Modernization. Brazilian economic thought. First Republic (Brazil).

## Introdução

Roberto Simonsen (1889-1948) foi um industrial e intelectual, que se notabilizou por seus trabalhos pioneiros na área de economia, relacionados ao protecionismo e ao planejamento econômico, e também no campo da história econômica. Obras como *História econômica do Brasil* (1937) e *Evolução industrial do Brasil* (1939) tornaram-se pontos de partida importantes para a historiografia econômica brasileira, sendo retomadas por diversos autores posteriores: o exemplo de Furtado, que se utilizou largamente da *História econômica do Brasil* para compor o seu clássico *Formação econômica do Brasil* (1959), é conhecido. Ademais, as contribuições de Simonsen para o debate do planejamento, travado com Eugênio Gudín entre 1944 e 1945, conferiram-lhe destaque no âmbito das discussões sobre economia brasileira do período e fizeram com que se relacionasse a figura de Simonsen à defesa de políticas econômicas ligadas ao protecionismo e à industrialização planejada. Por tudo isso, a obra de Simonsen tem sido associada aos passos iniciais na construção de um pensamento econômico brasileiro de orientação distinta do paradigma neoclássico/liberal. Essa associação é verdadeira em vários sentidos, mas não deve ser generalizada, sob pena de se obliterarem especificidades importantes do pensamento de Roberto Simonsen.

Na esteira dessa figura do pioneiro, a literatura que abordou o pensamento econômico de Simonsen tem sido marcada por tentativas de definir o autor como precursor da industrialização ou antecipador de ideias teóricas relacionadas ao estruturalismo cepalino, situando-o no

quadro geral da ideologia desenvolvimentista. Esse tipo de leitura foi feito, por exemplo, por Fanganiello (1970), que vê em Simonsen um antecipador da teoria do desenvolvimento equilibrado. Numa abordagem mais ligada ao papel político de Simonsen, porém conducente a uma interpretação semelhante de seu pensamento econômico, Cepêda (2003) acredita que o autor reuniu em sua obra, de forma precursora, os principais elementos da teoria da CEPAL. Em seu estudo sobre o ciclo ideológico do desenvolvimentismo, Bielschowsky (2000) classificou Simonsen como um desenvolvimentista, ligado ao setor público e ao setor privado. Vale frisar que o conceito de desenvolvimentismo tem, para Bielschowsky (2000), um sentido claro: ideologia de transformação social, baseada na industrialização integral e na convicção de que seria impossível atingir essa industrialização somente pelas forças do livre mercado. Tendo-se em conta que o recorte cronológico é o período 1930-1964, a classificação de Bielschowsky é aceitável. A atuação profissional de Simonsen, todavia, começou na década de 1910 e os textos publicados nesse período têm um sentido bem diverso do projeto de industrialização integral e planejamento estatal que ganharia força a partir dos anos 1930.

O objetivo deste artigo é qualificar essa associação entre a obra de Simonsen e os primórdios do desenvolvimentismo, bem como seu caráter de antecipador de teorias ligadas ao campo da economia do desenvolvimento. Essa qualificação se faz por meio da análise de alguns textos “iniciais” de Simonsen, publicados nas décadas de 1910 e 1920, cujo caráter é distinto daqueles escritos posteriormente. Preocupado com a racionalização da produção e com a atração de tecnologias e capitais para o país, Simonsen não incorporava, nesse momento, questões que fariam parte de sua agenda intelectual e política alguns anos depois, como o protecionismo alfandegário e o planejamento econômico em nível nacional.

A preocupação com a racionalização refletia um projeto de modernização, no sentido de um processo ligado no aprofundamento do papel do Brasil na divisão do trabalho clássica e de absorção de padrões de consumo externos, sem alteração da estrutura econômica do país. Era a busca por um Brasil moderno, que deveria superar as estruturas arcaicas da sociedade imperial e escravista oitocentista, mas, fundamentalmente, que deveria aproximar-se de um modelo europeu de consumo e sociabilidade. Esse mimetismo de padrões estrangeiros não significava superar

as contradições de uma sociedade dependente, na qual a exclusão socioeconômica fora uma das principais marcas formativas: a exclusão interna e subordinação externa são recriadas com a modernidade imposta pelos projetos das elites nacionais. A modernização se materializa no Brasil de início do século XX com transformações dos aparelhos urbanos, incorporando as inovações da Segunda Revolução Industrial, mas alterando pouco a estrutura produtiva do país.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta Introdução. A seção 1 discute o sentido do conceito de modernização utilizado aqui, do ponto de vista de intérpretes da formação econômica e social do Brasil. Discutem-se, na seção 2, o conhecimento econômico veiculado durante o curso de Simonsen na Escola Politécnica, ligado à ideia de administração científica, e os relatos da Missão à Inglaterra. As conexões de Simonsen com questões de modernização urbana, em Santos e São Paulo, constituem o tema da seção 3. Na última seção, delineiam-se as Considerações finais.

## **1. A modernização como processo: questões conceituais**

O “moderno” e a “modernidade” são conceitos amplos, utilizados em diversos contextos, nem sempre com o mesmo sentido. Num sentido histórico-sociológico, o advento da modernidade está associado à superação de estruturas sociais consideradas tradicionais, ou pré-modernas. Trata-se, de acordo com Giddens (1990, p. 1-54), da passagem de um mundo rural, em que predomina a economia agrária de subsistência, para um mundo urbano, no qual a produção industrial assume importância e a economia passa a ser mediada pela troca e pelo dinheiro. A ideia de modernização que buscamos construir aqui como eixo de interpretação desse ambiente em que atuou Roberto Simonsen se relaciona, em alguma medida, com esse sentido geral do advento da modernidade, mas tem especificidades relacionadas com o contexto em que ocorreu.

Se esse processo de modernização pode ser entendido de forma ampla, como superação do “arcaísmo” pré-industrial ou pré-capitalista, Gerschenkron (1966, p. 22) chamou a atenção para o fato de que tal

processo é dependente das condições econômicas e ideológicas específicas a cada contexto histórico. No caso brasileiro, a modernização teve um caráter de superação de estruturas atrasadas, sim, mas alguns intérpretes destacaram o caráter limitado e incompleto desse processo, condicionado pelas estruturas herdadas pelo Brasil, com um passado colonial e inserindo-se no mundo capitalista de forma periférica. Isso significa dizer que a ideia de modernidade tem um teor ideológico muito forte, de reprodução de modelos mais avançados, mas nem sempre responde aos desafios que as sociedades periféricas teriam que enfrentar<sup>1</sup>. Na Primeira República brasileira, quando Roberto Simonsen escreveu seus primeiros textos, o pensamento político dominante “manifesta-se na crença em um ideal de civilização claramente eurocêntrico, no qual o desenvolvimento econômico aparece como etapas a serem seguidas e que conduzirão à superação natural das ‘mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão’” (Oliveira, 2009, p. 316).

Por isso, como lembra Faoro, especialmente em economias periféricas, os conceitos de modernidade e modernização não devem ser confundidos: a *modernidade* é o projeto coletivo, que compromete toda a sociedade, expandindo e revitalizando o papel de todas as classes, enquanto a *modernização* possui um toque voluntário, sendo construída por um grupo condutor, “que, privilegiando-se, privilegia os grupos dominantes” (Faoro, 1992, p. 8).

Em suma, esse processo de modernização periférica não somente teria dificuldades para reproduzir de maneira fiel o modelo de mundo moderno importado, como também, e ainda mais trágico para as consequências dessa tentativa de mimetizar o padrão estrangeiro, recolocaria as contradições econômicas e sociais internas de forma mais violenta. Na pena de Fernandes, “a economia brasileira ganhara, em poucas palavras, certos substratos materiais ou morais e os dinamismos econômicos básicos para assimilar os modelos de organização econômica predominantes nas economias centrais” (Fernandes, 2005, p. 86). Mas, como continua o autor, esse não era um processo natural de reprodução dos padrões estrangeiros,

---

<sup>1</sup> Para Solé e Smith (1998, p. 14), essa carga ideológica pode ser bem compreendida nos anos de 1950 com o projeto de modernidade empreendido pelos Estados Unidos.

afinal dada sua própria condição de economia periférica e dependente, não iria assimilar tais modelos reproduzindo, pura e simplesmente, o desenvolvimento prévio daquelas economias. Ao contrário, os referidos modelos tenderiam a ser saturados, historicamente, de acordo com as possibilidades socioeconômicas e culturais de expansão do mercado interno. (Fernandes, 2005, p. 86)

Esse fenômeno é o que Furtado (1972) define como as promessas não realizadas pela modernização, que, por não ser modernidade, é manifestação oposta ao desenvolvimento. Afinal, mesmo que promovendo transformações econômicas, garantindo uma profunda imersão no padrão de consumo “moderno”, a modernização não abalaria as estruturas socioeconômicas arcaicas, sendo apenas a assimilação do processo tecnológico por meio dos padrões de consumo e não do processo produtivo. Isso significa que, ao invés do desenvolvimento, como expressão da difusão dos benefícios do excedente para toda a população, as elites das sociedades periféricas promoviam, com a incorporação dos novos padrões de consumo, a concentração da renda e recolocavam a situação de dependência em nova fase. Em outras palavras, em oposição ao desenvolvimento característico dos países centrais, formava-se, de acordo com Furtado (1992, p. 41-42, 45), um novo caminho para integração na economia capitalista mundial: o subdesenvolvimento. Fruto do desequilíbrio na assimilação de novas tecnologias produzidas no centro do capitalismo industrial, o subdesenvolvimento proporcionava condições de ampliar a produtividade das economias periféricas, mas, ao incidir acima de tudo no estilo de vida, nas inovações voltadas ao consumo, esse processo de modernização pouco contribuiu para reduzir a heterogeneidade social<sup>2</sup>.

Oliveira, ao trabalhar com o mercado de consumo de luxo em São Paulo da *belle époque*, retoma essa faceta da modernização presente em Furtado para reforçar as limitações presentes nesse processo de assimilação dos padrões estrangeiros de consumo e estilo de vida:

Primeiramente porque, aplicado a uma estrutura eivada de contradições surgidas da condição de ex-colônia, o processo de modernização engendra novas contradições que àquelas se sobrepõem, colocando novos dilemas a

---

<sup>2</sup> Esse argumento já estava explícito em obras anteriores como Furtado (1974).

serem resolvidos pela modernidade em constituição. O célere processo modernizador recria exclusões sociais e descontinuidades. Em segundo lugar, quando aplicada a outros campos que não o econômico, a modernização invade o domínio da modernidade, precipitando soluções não condizentes com os aspectos históricos que são constitutivos da última. O resultado é, assim, a formação de uma modernidade específica que, no jogo com o processo modernizador, nem sempre consegue exercer a inclusão social. (Oliveira, 2009, p. 315)<sup>3</sup>

O projeto modernizador, todavia, é tema controverso no sentido dos possíveis benefícios que poderia acarretar ao país receptor. Entre Furtado e Fernandes, a modernização não deixa de recolocar a subordinação do país à divisão econômica internacional, mas em certo sentido, enquanto Furtado entendia que o caminho de uma modernização dos padrões de consumo ampliava a desigualdade e limitava as condições de criar a nação – no sentido de autodeterminação e de um projeto voltado a toda população –, Fernandes parece considerar que as etapas de modernização cumprem com saltos na trajetória de concretização da *Revolução burguesa no Brasil*. Fernandes, por exemplo, considera que o período da Primeira República, que podemos considerar uma fase de intensa modernização, foi favorável à disseminação da ordem social competitiva e de maior aproximação com a estrutura econômica capitalista: ao menos um “capitalismo como estilo de vida” (Fernandes, 2005, p. 175). No extremo do argumento estariam Cardoso e Faletto (1970), que viam o caminho do desenvolvimento estreitamente ligado à dependência, defendendo que as condições de controle do capital e da tecnologia são deficientes, dentro da condição particular dos países latino-americanos, limitados por seu passado colonial e atrasados na empreitada de concluir sua industrialização. Isso quer dizer, para os autores, que a oposição entre desenvolvimento e modernização, conforme apresentada por Furtado (1974, 1992), não era uma oposição realista.

Como podemos compreender, então, o ambiente em que Simonsen iniciaria sua atuação no debate político e na elaboração de seus projetos empresariais?

A passagem do século XIX para o século XX, podemos dizer, é o

---

<sup>3</sup> Para um argumento semelhante mas pensado o período do pós-Segunda Guerra Mundial e as influências do *American way of life*, cf. Mello e Novais (1998).

momento em que o processo de modernização teve seu desencadeamento histórico no Brasil. A modernização como mimese da cultura, do ideal de progresso e do padrão de consumo europeu, se estendeu para as partes mais variadas do território nacional, cada região buscando reproduzir aquilo que lhe cabia e era possível por conta de sua realidade material e dos interesses de seus grupos dominantes locais. O cenário para esse desencadeamento se mostrava favorável no período, tanto internacionalmente como nacionalmente, e isso autorizava que as elites locais encontrassem seus caminhos para garantir a modernização, personificada nas transformações do mundo urbano.

No plano internacional, a disseminação da Segunda Revolução Industrial na Europa Ocidental e nos Estados Unidos impunha uma crescente competição entre os países industrializados, alcançando regiões como a América Latina para atender seus mercados com inovações e produtos. No Brasil essa expansão do capital estrangeiro para o mercado nacional seria observada em ao menos duas grandes fases: uma primeira fase, de investimentos hegemonicamente ingleses, com abertura de estradas de ferro e bancos entre as décadas de 1870 e 1890; e uma segunda fase, com investimentos voltados aos serviços públicos e com uma diversificação da origem do capital, concentrados nos anos iniciais do século XX<sup>4</sup>.

No que diz respeito às transformações ocorridas internamente, o país acabava de deixar seu passado escravista imperial com a Abolição e a Proclamação da República entre 1888 e 1889. Se politicamente, com a nova Constituição, eram dados ares de modernidade ao se estabelecer uma República federativa e liberal, economicamente o país vinha desfrutando de nova integração com o mercado internacional, com crescentes exportações de café que, ao mesmo tempo, permitiam que tanto o capital internacional como os transbordamentos do comércio cafeeiro criassem uma nova gama de negócios e infraestrutura, como bancos, ferrovias e empresas de serviços públicos. É evidente que essa passagem para a “modernidade” não se dava sem conflitos:

Da forma como estava disposto, o Estado – modernizado institucionalmente, mas fundamentado em mecanismos arcaicos de monopolização de

---

<sup>4</sup> Para investimentos estrangeiros no Brasil, ver Castro (1979).

poder – contribuía cada vez mais para o agravamento das clivagens e tensões regionais. De uma sociedade hierarquizada por pirâmides de parentela, de estruturas aristocráticas, para uma organizada segundo prestígios econômico-ocupacionais. (Oliveira, 2009, p. 325)

Podemos dizer que a primeira década republicana foi o período de depuração das elites que emergiam no novo sistema político-social, cujo projeto somente seria concretizado no início do século XX.

A nova era da “modernidade” brasileira aparecia já com o ambiente em que as elites locais tentavam impor, por meio das posturas municipais, formas de estimular investimentos no intuito de fomentar melhorias nos serviços públicos urbanos. É preciso destacar, conforme Saes (2010, 2013), que com a promulgação da Constituição de 1891, de caráter federativo, as autoridades municipais detinham pleno poder para regular e colocar em prática os projetos de reformas urbanas. No Rio de Janeiro, por exemplo, com a nova Constituição em vigor foi elaborada a Lei Orgânica do Distrito Federal n. 85, de 20 de setembro de 1892, em que se determinava a renovação de todos os contratos de serviços públicos e exigia a necessidade de modernizá-los. Em Salvador, na Bahia, a Lei n. 330, de 4 de julho de 1898, determinava, mais especificamente, a eletrificação dos bondes. Essa foi a mesma atitude tomada pelo prefeito da cidade de São Paulo, Antônio da Silva Prado, que, por meio da unificação dos contratos de transporte urbanos de 11 de maio de 1899, exigiu a eletrificação dos serviços de bondes e iluminação. Em São Paulo, ainda nos primeiros anos do século XX, outra lei municipal determinaria que os hotéis do centro da cidade deveriam introduzir elevadores em seus prédios, o que, na oportunidade, se explica menos como uma facilidade de locomoção – afinal os elevadores elétricos eram uma novidade em todo o mundo –, mas muito mais como uma expressão do avanço da capital do café.

Em comum, as determinações buscavam apagar a imagem do atraso dessas cidades, tornar o espaço urbano muito mais do que ilhas de exportação, como foram as cidades coloniais. Era hora de superar a oposição esplendor rural *versus* miséria urbana, na dicotomia de Holanda (1991, p. 91), ou o perfil de centros urbanos como pequenos, pobres e sujos, nos dizeres de Prado Jr. (1969, p. 350). As cidades, com a expansão da rede ferroviária, tornaram-se as moradas das elites nacionais não somente das elites comer-

ciais, como também agrárias. Com isso a preocupação com o mundo urbano cresceu e acelerou-se a promoção dos melhoramentos urbanos, tais como a construção de hotéis, jardins, passeios públicos, teatros e cafés. Como destaca Costa, “melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura” (Costa, 1999, p. 256).

Ao substituir o transporte público movido à tração animal e a iluminação pública a gás pela energia elétrica, tanto para a movimentação dos bondes como para a iluminação elétrica, as elites indicavam o novo padrão de sociabilização interno e de se apresentar no exterior. Com isso,

a modernização, ao reproduzir determinado padrão de civilização, serve para posicionar e legitimar as elites periféricas em relação às elites do centro do sistema capitalista. Portanto, os excessos que caracterizam o consumo de elite e a própria falsificação encontram sua justificativa não somente na luta de classes internas, mas também no posicionamento das elites nacionais em relação às elites europeias. (Oliveira, 2009, p. 325)

Por isso é possível afirmar que a transição para o século XX foi o momento em que a urbanização se tornou talvez o principal projeto político da elite brasileira<sup>5</sup>. Antes dele, Rui Barbosa tinha se empenhado em construir outro trajeto para a economia brasileira, com o incentivo à diversificação da produção e o desenvolvimento do setor industrial, mas que fracassou com a crise do encilhamento. Os acordos financeiros entre o recém-eleito presidente Francisco de Campos Sales e os credores estrangeiros do Brasil, em 1898, por outro lado, eram arranjos que, conforme Backes (2006, p. 171), garantiam o saneamento financeiro e o reerguimento do crédito no mercado internacional, abrindo um projeto de modernização do país. Modernização no sentido de uma rápida absorção dos padrões de consumo internacionais, permitindo que nossa elite nacional desfrutasse dos mais modernos aparelhos urbanos do momento, importando-os. Tais resultados foram vistos especialmente nas duas primeiras décadas do século XX, quando o cenário econômico austero nacional e de abundância de capitais no exterior auxiliaria

---

<sup>5</sup> Sobre isso, ver também Burns (1979).

os administradores municipais na realização dos projetos de modernização das cidades.

A modernização, é verdade, tornou-se, de acordo com Saes (2010), um projeto bastante amplo, que atingia os países da América Latina concomitantemente quase que por completo. Entretanto, como observa Romero (2009), o impacto desses efeitos foi desigual pelas cidades da região: capitais, cidades portuárias ou sedes de atividades econômicas eram aquelas que mais claramente apresentariam suas transformações urbanas. O Rio de Janeiro, Montevidéu, Buenos Aires, a Cidade do México e Santiago do Chile, centros comerciais e políticos, incorporaram mais rapidamente as ondas de transformação. O Brasil, por sua vez, aproveitou-se das reformas econômicas promovidas em fins do século XIX, quando, com o saneamento monetário e a renegociação das dívidas estrangeiras, entraria no circuito dos investimentos dos países industrializados: era mais seguro investir no Brasil, e era mais barato para o Brasil assimilar as inovações do mundo urbano. Beneficiava-se o país desse cenário internacional de abundância de recursos e da valorização da moeda nacional – culminando com o estabelecimento do padrão-ouro em 1906 –, que barateava o custo dos projetos de urbanização.

O acelerado processo de urbanização em que o Brasil se engajou – como um projeto político de transformação econômica e social liderada pela nova e emergente elite urbana – valeria profundas distorções na organização da sociedade brasileira. Se, por um lado, o acelerado processo de modernização auxiliou na incorporação de fatores de produção e, inclusive, na constituição de um mercado de trabalho assalariado no país, de outro lado, ao ser condicionado por elementos estranhos à realidade nacional, esse processo de transformação não era liderado pelos grupos nacionais, assim como, não ocorrendo de maneira minimamente homogênea, ampliava as disparidades sociais e regionais.

É nesse sentido que a ideia de modernização serve à compreensão da faceta da produção intelectual de Simonsen com que trabalhamos neste artigo. O autor de *História econômica do Brasil*, ainda como diretor da Companhia Construtora de Santos, como membro da Missão brasileira enviada à Inglaterra ou como personagem nos debates sobre o asfaltamento da cidade de São Paulo, estava envolto no ambiente de se pensar a modernização brasileira. Do período em que Simonsen era aluno da Escola Politécnica até sua atuação nos anos 1920, o país pas-

sava por transformações em suas atividades econômicas, bem como na organização de seu espaço urbano: oportunidades econômicas eram criadas com a urbanização das cidades, o crescimento do mercado interno permitia a formação das primeiras indústrias no país, especialmente ligadas ao setor de bens de consumo não duráveis, e a política econômica era regida no sentido de garantir as rendas de exportação de café e de manter um câmbio estável e valorizado, no intuito de fazer prevalecerem as condições favoráveis para a importação de bens e de capitais provenientes das economias centrais.

Dentro desse projeto de modernização, associado aos interesses de um capital que é mais mercantil do que propriamente ligado à produção agrícola ou industrial, a atuação de Roberto Simonsen, ao longo da República Velha, não pode ser associada à defesa de um projeto industrialista nem a um nacionalismo econômico sólido, mesmo que Simonsen fosse um ator importante no processo de construção da consciência industrialista, já nesse momento. Isso ficará claro a partir da análise de seus textos anteriores aos meados da década de 1920. Tanto a formação acadêmica de Simonsen quanto várias atividades que exerceu no período eram relacionadas com esse processo de modernização.

## **2. A Escola Politécnica de São Paulo, a administração científica e a Missão à Inglaterra**

Simonsen se formou pela Escola Politécnica de São Paulo, na turma de 1909. A própria criação da Politécnica, em 1893, inspirada no modelo do Instituto Politécnico de Zurique, mostra a busca, por parte da elite de São Paulo, de dotar o estado de uma instituição nos moldes europeus. A Escola deveria veicular um conhecimento técnico, que refletisse os avanços tecnológicos da Segunda Revolução Industrial, muito embora no Brasil a industrialização ainda estivesse em estágios iniciais, desenvolvendo-se sobre uma base técnica pouco sofisticada para os padrões da época. A formação de engenheiro civil na Politécnica significou, para Simonsen, o contato com um tipo de conhecimento específico, ligado ao projeto de modernização da elite paulista.

Nos textos iniciais publicados por Simonsen, dos anos 1910 e início da década de 1920, a preocupação dominante era o aumento da produção,

a melhora do desempenho da unidade produtiva capitalista, por meio da racionalização dos processos produtivos e da conciliação de classes. Os trabalhadores, que deveriam ser pagos em proporção à sua produtividade, tinham, para Simonsen, interesses convergentes com os dos patrões: a articulação entre esses interesses se daria por meio da administração científica. A perspectiva nacional aparecia de forma relativamente difusa: pode ser resumida na ideia de que, pelo bem da sociedade brasileira, patrões e trabalhadores deveriam cooperar e chegar a acordos. A aceitação da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho clássica, como produtor de gêneros primários, permanecia praticamente inconteste.

Em “Pelo trabalho organizado” (1918), discurso que abre a coletânea *À margem da profissão*<sup>6</sup>, Roberto Simonsen louvava o trabalho conjunto, empreendido pelos operários durante o combate à gripe espanhola no município de Santos. O raciocínio subjacente à fala era centrado na importância do trabalho coletivo, organizado e cooperativo: uma preocupação inerente à organização privada da empresa capitalista. Uma perspectiva um pouco mais ampla aparecia quando Simonsen se referia a “vós, operários brasileiros, pioneiros de uma classe que apenas se esboça, a do proletariado nacional; vós, operários estrangeiros, que emigrastes de vossos paizes”, que teriam vindo buscar no Brasil a liberdade que a pátria lhes recusava (Simonsen, 1918a, p. 17). A conclamação aos obreiros tinha um sentido claro de conciliação conservadora. Após louvar o espírito de solidariedade, Simonsen exortava, referindo-se à Primeira Guerra Mundial:

E, agindo com esse pensamento, sempre unidos, contribuamos para evitar a todo transe que sejam trazidas para o Brasil as lutas de classe, as

---

<sup>6</sup> Vários dos textos estudados aqui estão no livro de Simonsen, *À margem da profissão*. A coletânea, publicada em 1932, reúne textos das décadas de 1910, 1920 e do início dos anos 1930. O último texto a ser incluído é “As finanças e a indústria – Conferência no Mackenzie College”, de 1931. Essa publicação foi, em conjunto com o livro *A construção de quartéis para o Exército* (1931), uma tentativa de dar uma resposta à opinião pública sobre os questionamentos feitos a respeito das obras executadas pela Companhia Construtora de Santos sob encomenda do governo federal. Segundo as opiniões críticas circulantes à época, teria havido favorecimento nos contratos firmados entre a Companhia e o governo federal. Simonsen defende-se da acusação nas duas obras citadas.

organizações artificiais, os entraves á verdadeira noção de liberdade, que foram, em grande parte, as causas dessa campanha sangrenta que custou milhões de vidas de nossos semelhantes. (Simonsen, 1918a, p. 18)

Outro ponto a se destacar nesse texto é a organização do trabalho:

Ha bastante tempo que me domina esse problema da organização industrial, – a organização scientifica, como a denominam os norte-americanos – que está sendo adoptada soffregamente pelos paizes mais adelantados, em todos os ramos de sua actividade, e que visa, em synthese: *a maxima economia na produção pela realização da maxima eficiencia*. (Simonsen, 1918a, p. 19)

O raciocínio era simples: a guerra devastara as nações e só se recuperariam, no esforço do pós-guerra, as empresas mais bem organizadas. Deveria ser buscado o barateamento da produção sem redução salarial, mas sim pela obtenção da maior eficiência no trabalho. Isso era constante no pensamento de Simonsen: elogiar os altos salários pagos nos EUA, dentro da lógica taylorista/fordista, reiterando que a redução dos custos deveria ser buscada na racionalização produtiva e não via arrocho salarial.

A administração científica pode ser considerada, segundo Hobsbawm (1988, p. 71-72), uma “filha da Grande Depressão” dos anos 1870. F.W. Taylor (1856-1915), o fundador e principal divulgador desse tipo de estratégia de organização da produção, desenvolveu suas ideias ao longo dos anos 1880, para resolver problemas ligados à indústria siderúrgica norte-americana. Os principais fatores a impulsionar a criação da doutrina da administração científica teriam sido, para Hobsbawm, as pressões sobre os lucros, advindas da depressão econômica, e o tamanho e a complexidade crescentes das firmas, que tornaram os métodos tradicionais, empíricos e improvisados, inadequados. O objetivo do “taylorismo”, como ficou conhecida a administração científica, era fazer com que os operários trabalhassem mais. Para isso, os três principais métodos utilizados foram: o isolamento do operário, transferindo-se o controle do processo de trabalho aos agentes da administração; a compartimentação sistemática dos processos em unidades componentes cronometradas; e a introdução de vários sistemas escalonados de pagamento, de forma a criar incentivos à maior produção por operário. Em estudo sobre a implantação da administração científica no Brasil, Antonacci (1993, p. 25) chama

atenção para dimensões mais amplas do taylorismo, não restritas ao âmbito da produção fabril: essas práticas racionalizantes teriam, para a autora, o efeito de expropriar dos trabalhadores seus saberes e aspirações, fixando-lhes conhecimentos, necessidades e capacidades – nesse sentido o taylorismo estaria associado a uma “reordenação do social”.

De acordo com o próprio Taylor, em seu livro clássico publicado no início do século XX, a administração científica tinha como objetivo assegurar, para empregadores e empregados, a maior prosperidade possível. Para o empregador, a prosperidade não significava apenas obter dividendos mais altos, mas sim levar cada ramo dos negócios ao seu nível mais elevado de excelência, assegurando uma prosperidade duradoura. Da mesma forma, para os empregados, a prosperidade não se restringia a salários mais elevados: envolvia, para além da remuneração, o desenvolvimento de cada trabalhador ao seu estágio de máxima eficiência. A maior eficiência seria do interesse tanto dos empresários quanto dos trabalhadores – assim como Taylor, Simonsen insistia nessa convergência de interesses.

A essência da administração científica era, segundo Taylor (1942 [1911], p. 9-10, 30-38), a transferência do controle e organização do processo produtivo para a gerência, que deveria zelar para que ele transcorresse da maneira mais eficiente possível, isto é, evitando as perdas de tempo. Caberia aos gerentes determinar, por meio da observação rigorosa, a melhor maneira de produzir e codificá-la, por meio de instruções a serem executadas. O autor contrapunha o seu sistema – a administração científica – ao sistema “iniciativa-incentivo”, que se pautava pela concessão de prêmios, particulares e casuais, à iniciativa do operário de dar mais de si na execução de suas tarefas; elevava-se assim a produtividade, porém de forma pontual. Na administração científica, argumentava Taylor, a iniciativa de trabalhar mais seria obtida com uniformidade, a partir de um conjunto de regras embasadas cientificamente, que regeriam o desempenho de todo o contingente de trabalhadores, no longo prazo.

Essa preocupação com a organização científica do trabalho e a conciliação de classes, no texto de 1918 e em outros dos anos seguintes, além de estar na ordem do dia nas primeiras décadas do século XX, certamente estava ligada às referências intelectuais de Simonsen à época, adquiridas ao longo de sua formação acadêmica. Formado pela Politécnica de São Paulo, Simonsen foi aluno da cadeira intitulada “Economia Política,

Direito Administrativo e Estatística”, na qual possivelmente obteve noções importantes de economia e organização do trabalho<sup>7</sup>. O próprio projeto pedagógico da Politécnica estava ligado a esse tipo de tendência à produção e transmissão de um conhecimento técnico e prático, como reação à mentalidade livresca e ao bacharelismo, presentes no ensino superior brasileiro até então. Convém lembrar que, quando foi fundada a Escola Politécnica de São Paulo, em 1894, havia, no Brasil, poucos cursos superiores formalizados e apenas duas escolas de engenharia. Havia as faculdades de Direito de São Paulo e do Recife, a Faculdade de Medicina no Rio de Janeiro e, na área de engenharia, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro e a Escola de Minas de Ouro Preto, criadas, respectivamente, em 1874 e 1876<sup>8</sup>. Esse número reduzido de instituições superiores aponta para o fato de que o ensino universitário era muito restrito no Brasil: no caso da turma de Roberto Simonsen, graduaram-se apenas 13 alunos. Nesse sentido, o projeto da Politécnica de São Paulo era ligado a uma ideia de modernização elitista: embora questionasse o bacharelismo, a proposta era reproduzir uma instituição em moldes europeus – o Instituto Politécnico de Zurique – para uma restrita elite paulista, com o objetivo de dar condições para que esse grupo social colocasse em prática seus projetos modernizantes.

A cadeira de “Economia Política, Direito Administrativo e Estatística” fazia parte do currículo do curso de engenheiros civis da Escola Politécnica e, no período em que Simonsen foi aluno, era ministrada por Brazilio de Campos, engenheiro formado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro<sup>9</sup>. O programa da disciplina enfatizava a Economia Política e Direito Administrativo. A parte referente a “Economia Política” era dividida em quatro seções: “Produção da riqueza”, “Circulação da riqueza”, “Distribuição da riqueza” e “Consumo da riqueza”. A seção referente à “Produção da riqueza” não apresentava exatamente teorias – não se mencionavam autores clássicos nem eram citados manuais de economia política estrangeiros –, mas sim uma descrição do processo de produção e de seus instrumentos, bem como um conjunto de condições e reco-

<sup>7</sup> Essas informações encontram-se no *Anuario da Escola Polytechnica de São Paulo – 1909, Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Ver também Santos (1985, p. 145-150)*.

<sup>8</sup> Sobre a fundação da Escola Politécnica no contexto brasileiro de final do século XIX, ver Aïdar, Cytrynowicz e Zurquim (1993).

<sup>9</sup> Pasta do professor Brazilio de Campos, Arquivo Histórico da Escola Politécnica.

mendações para o desenvolvimento da produção. Depois dos itens referentes ao processo (1) e aos instrumentos de produção (2), os itens do programa se apresentavam da seguinte maneira:

- 3) Como a industria aumenta e progride.
- 4) Condições geraes que concorrem para o desenvolvimento da producção.
- 5) Condições especiaes favoraveis ao desenvolvimento da producção.
  - I) Condições intrinsecas ou de organização. a) Divisão do trabalho. b) Systema de remuneração do trabalho. Trabalho por unidade de obra; participação dos operarios nos beneficios da industria. c) Associação.
  - II) Condições extrínsecas. d) Machinas, instrumentos, invenções e descobertas. e) Qualidades pessoases dos trabalhadores.
  - III) Condições sociaes. f) Liberdade de trabalho. g) Regimen militar.
- 6) Organização do trabalho.
  - I) Socialismo. [...]. Refutação geral dos sistemas socialistas.
  - II) Comunismo. Absurdo das teorias comunistas; insucessos praticos.
  - III) Systema regulamentar.
- 7) Industrias ou ramos de produção. Classificação das industrias; ordem natural em que se desenvolvem.
- 8) Regimen economico das industrias.
  - I) Industria agricola.
  - II) Industrias manufatora e comercial<sup>10</sup>.

Percebe-se que o programa da disciplina procurava responder a questões relativas ao incremento da produção, mais do que a questões teóricas. Era uma economia essencialmente aplicada. Questões abordadas no programa, como as condições gerais de incremento da produção, o sistema mais eficiente de remuneração do trabalho, a recusa ao socialismo e ao comunismo como alternativas políticas estarão presentes ao longo da obra de Simonsen, tanto nos primeiros textos quanto em elaborações posteriores. Nesse sentido, é importante reter que Simonsen adquiriu, em seu curso universitário na Politécnica de São Paulo, uma formação em engenharia calcada num projeto político de modernização,

---

<sup>10</sup> Essas informações constam do Programma da quinta cadeira do terceiro anno do curso de engenheiros civis, quarta do terceiro anno dos cursos de engenheiros industriais e architectos e quarta do segundo anno do curso de electricistas – 1913, Arquivo Histórico da Escola Politécnica, Fundo Escola Polytechnica (1892-1934), caixa 19.

cuja pedagogia era voltada para o ensino técnico e contrário ao bacharelismo. Ademais, teve um contato com a “Economia Política”, como disciplina, a partir de um programa voltado para questões de organização científica da produção e marcado por uma visão de que os interesses capitalistas deveriam prevalecer sobre os do trabalho.

A administração científica do trabalho será uma questão importante e recorrente para Simonsen: para além dos vários escritos em que tocou no assunto, Simonsen foi, em 1931, um dos fundadores do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho), importante instituição de difusão dos princípios do taylorismo no Brasil. Ao longo dos anos 1930, houve uma preocupação em estender essa ideia da produção racional e controlada por normas ao conjunto da economia. A participação de Simonsen na fundação IDORT é uma mostra dessa dimensão de sua atuação: Simonsen foi, certamente, um dos pioneiros da difusão do taylorismo no Brasil, especialmente no setor de construção civil. Ainda que suas preocupações intelectuais se diversificassem ao longo dos anos 1930, levando-o a abordar temas abrangentes, como a história econômica e a teoria do comércio internacional, a questão da generalização da organização científica do trabalho continuou permeando os textos e discursos de Simonsen, como é o caso de sua contribuição à Jornada Contra o Desperdício de Espaço, promovida em dezembro de 1938 pelo IDORT:

Observo ainda, com viva satisfação, que diversos engenheiros, que naquela empresa [a Companhia Construtora de Santos] tiveram os seus primeiros postos de responsabilidade na vida profissional, hoje aqui trabalham pelo engrandecimento do IDORT, para onde trouxeram aquela orientação, procurando difundir-la e desenvolvê-la no interesse geral da comunidade. (Simonsen, 1943 [1938], p. 151)

Alguns textos, presentes na coletânea *Ensaios sociais, políticos e econômicos* (Simonsen, 1943), enquadravam-se nessa perspectiva de racionalização do trabalho em nível mais amplo<sup>11</sup>. Ganhava importância a institucionalização da organização científica do trabalho, por meio de órgãos como o já referido IDORT e a Associação Brasileira de Normas Técni-

<sup>11</sup> Essa coletânea, publicada por Simonsen em 1943, reúne textos, em sua maioria discursos e outros textos curtos, escritos pelo autor nos anos 1930 e início dos anos 1940.

cas (ABNT), fundada em 1940. Em discurso pronunciado em 1941, por ocasião da 4ª Reunião da ABNT, em São Paulo, Simonsen reiterou a importância da padronização produtiva realizada pela Associação.

Iniciada modestamente, pelas primeiras convenções de laboratórios e atividades interessadas, a campanha pela padronização dos métodos de ensaios e de pesquisas já evoluiu, em movimentação nacional, integrando-se numa associação de normas técnicas, que, limitando por enquanto sua atuação, abrange, no entanto, em seus propósitos: o aperfeiçoamento permanente e progressivo da técnica, da indústria e da engenharia em nosso país. (Simonsen, 1943 [1941], p. 231)

De volta à coletânea *À margem da profissão*, vale mencionar a questão da vocação agrícola brasileira, ligada a um projeto modernizante que tinha como característica importante a sua limitação: era necessário superar algumas estruturas atrasadas, isto é, tornar certos setores mais produtivos e, portanto, mais competitivos, mas sem mudanças mais profundas na inserção internacional da economia brasileira. A ideia de vocação agrícola estava claramente presente no discurso feito por Simonsen (1918b), intitulado “Orientação agrícola brasileira”. A produção primária era apontada como atividade-chave para geração de riqueza, como era de esperar num discurso proferido em solenidade oferecida ao ministro da Agricultura. Até no caso dos EUA, a atividade merecia papel de destaque: “Foi nella [agricultura] que a America buscou os elementos de vida para suas industrias ás quae a lavoura não proporcionou apenas as matérias-primas, mas proporcionou tambem os seus capitaes” (Simonsen, 1918b, p. 28). O argumento central era que se devia, por meio do uso de técnicas científicas, incrementar a produção agrícola brasileira, nos moldes do que ocorreu nos EUA. Ressaltava-se o papel do Estado americano como fomentador da produção agrícola, distribuindo sementes, divulgando novas técnicas e métodos, mas Simonsen era enfático ao afirmar: “A acção do Estado nada tem alli de burocratica” (Simonsen, 1918b, p. 28).

A preocupação central era que, sobretudo no pós-Primeira Guerra, “a produção, para ter eficiencia economica precisará, pois, assentar em bases scientificas”. Nesse sentido, “adeus ao doce ‘laisser-aller’ doutro tempo. Adeus aos negocios feitos ao acaso” (Simonsen, 1918b, p. 29). Mais do que uma defesa da intervenção deliberada do Estado nos ne-

gócios, o que havia era um deslocamento do eixo de importância: seriam o trabalho humano e a organização científica deste, fomentada pelo Estado “não burocrático”, que permitiriam a exploração agrícola.

No que tange ao Brasil, Simonsen fez uma descrição relativamente detalhada do território nacional, associando a “historia da exploração de nossas riquezas naturais” à “historia da nossa conformação geológica”, para exortar a “exploração generalizada e intensiva das nossas riquezas”, com a consequente promoção de relações interestaduais, “para que a nacionalidade brasileira se mantenha una” (Simonsen, 1918b, p. 31-32). Era o mesmo princípio: aplicar métodos mais eficientes para um melhor aproveitamento da riqueza. Destacam-se nesse discurso a aplicação às atividades agrícolas do princípio da organização científica do trabalho como forma de aumentar a produtividade e a valorização da agricultura como atividade-chave não só do Brasil, mas também do desenvolvimento dos EUA, país que, ao lado da Inglaterra, era recorrentemente tomado como modelo. Roberto Simonsen uniu, nesse texto, suas preocupações ligadas ao aumento da produtividade e à organização da produção, com a necessidade de valorizar as atividades agrícolas, para se legitimar perante um público ligado a esse setor. Certamente, o público-alvo do discurso teve influência sobre seu conteúdo – o evento era dedicado ao ministro da Agricultura –, o que não invalida a ideia de que as preocupações de Simonsen, nesse início de sua carreira, eram distintas daquelas que terá em momentos posteriores, a ponto de a agricultura, e não a indústria, ser tomada como a atividade-chave para o progresso econômico.

Simonsen publicou dois excertos de relatórios, que apresentara à Diretoria e à assembleia de acionistas de sua empresa, a Companhia Construtora de Santos, em 1918 e 1919. O Relatório de 1918 será analisado na próxima seção. No Relatório de 1919, o foco era mais diretamente o problema da remuneração do trabalho. O autor defendia que os industriais reconhecessem o descontentamento de seus operários e proporcionassem a justa remuneração do trabalho, “se não quiserem assistir ao entravamento da produção pela tentativa de decisão deste problema, erradamente, por vias políticas, quando poderia ser resolvido, com acerto, por vias econômicas” (Simonsen, 1918/1919, p. 49).

Segundo Simonsen (1918/1919), o conflito de classes ocorreria por buscarem os dois grupos – capitalistas e trabalhadores – apenas interes-

ses imediatos, em detrimento dos verdadeiros interesses de toda a sociedade. Simonsen culpava o mau sistema de pagamento por essa situação, em que os operários se reúnem coletivamente para lutar contra os patrões. Tal problema deveria ser resolvido por meio do estudo científico do processo produtivo e da individualização do trabalhador. Esse sistema científico deveria premiar, com equidade, o esforço pessoal e a variação de produtividade de um homem para outro, bem nos termos da administração científica ou “taylorista” mencionados acima. Taylor fora enfático quanto a essa convergência de interesses entre empregados e empregadores, ressaltando que uma das bases da administração científica era a ideia de que “a prosperidade do empregador não pode existir por um longo tempo se não for acompanhada pela prosperidade do empregado, e vice-versa” (Taylor, 1942 [1911], p. 10). Para Taylor, era possível dar ao trabalhador o que este mais deseja – altos salários – e, ao mesmo tempo, obter o que o empregador quer: baixos custos.

A questão operária – habitação e salário – estava presente com força nesses relatórios de 1918 e 1919, como reflexo de um momento importante de reivindicações trabalhistas no Brasil, que, no caso de Simonsen, tinham impacto relevante. Sua principal empresa era do ramo da construção civil, que admitia baixos níveis de mecanização, de forma que os conflitos trabalhistas não poderiam ser atenuados somente pela substituição de trabalhadores por maquinário. A forma de lidar com os trabalhadores passaria, então, pela organização racional do trabalho e pelo pagamento de salários baseados na produtividade. Esse raciocínio era permeado por uma lógica corporativista de conciliação de classes.

De facto, o que o patrão procura é pagar o menos possível por unidade de produção, e o que o operario visa é ser o mais remunerado possível por unidade de tempo: dahi a viabilidade em ser obtida a solução harmonica dos interesses das duas classes por investigações scientificas das condições reaes do trabalho e pela applicação intelligente das leis economicas que regem a produção. (Simonsen, 1918/1919, p. 49)

Esse tipo de resposta às questões operárias, que procurava escamotear o conflito entre capital e trabalho, também estivera presente no conteúdo dado na disciplina de “Economia Política” da Escola Politécnica, referida acima, cursada por Simonsen. A seção dedicada à “Distribuição da riqueza” apresentava os seguintes tópicos, dentro do item “Da parte

[da riqueza] que cabe ao empresário”: “Legitimidade do lucro do empresário. Causas que influem sobre a quota de lucros. Do pretendido antagonismo entre o lucro e o salário. Paredes de operários, meios de evitá-las ou de atenuar seus efeitos”<sup>12</sup>. Essa preocupação, por parte de Simonsen, com as questões trabalhistas refletia, para além de sua afinidade à doutrina da administração científica, um momento específico do movimento operário brasileiro, que convém contextualizar melhor.

Desde o início da Primeira República, houvera movimentos no sentido de reivindicar direitos sociais no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo, os dois centros que concentravam grande parte do proletariado industrial e dos trabalhadores no artesanato e em serviços, bem como funcionários públicos<sup>13</sup>. Na segunda década republicana, destacaram-se os seguintes movimentos: duas grandes greves em Santos (1905 e 1908), a greve ferroviária da Companhia Paulista (1906) e a greve geral de maio de 1907, em São Paulo. As preocupações expressas nos textos de Simonsen certamente refletiam os efeitos das greves de Santos, no âmbito das quais, como assinala Antonacci (1993, p. 42), os sindicatos de construção civil (pedreiros, carpinteiros, pintores) haviam obtido conquistas importantes.

Para além das greves, foi realizado, em 1906, o Primeiro Congresso Operário Brasileiro. As autoridades agiam no sentido de regular e reprimir as reivindicações operárias: em 1907, foram aprovadas duas leis relativas às questões trabalhistas. A primeira era a lei de sindicalização, assegurando o direito de associação de trabalhadores, dentro de certos limites. A outra, conhecida como Lei Adolfo Gordo, tinha claro caráter repressivo: determinava que deveriam ser expulsos do país todos os estrangeiros envolvidos em “agitações” comprometedoras da segurança nacional. Em 1908, foi constituída a Confederação Operária Brasileira. Após um período relativamente menos agitado entre 1909 e 1912, retomaram-se as movimentações com uma greve geral em São Paulo (1912) e a realização, no Rio de Janeiro, do Segundo Congresso Ope-

---

<sup>12</sup> Informações extraídas do Programma da quinta cadeira do terceiro anno do curso de engenheiros civis, quarta do terceiro anno dos cursos de engenheiros industriaes e architectos e quarta do segundo anno do curso de electricistas – 1913, Arquivo Histórico da Escola Politécnica, Fundo Escola Polytechnica (1892-1934), caixa 19.

<sup>13</sup> Para um panorama geral do movimento operário brasileiro na Primeira República, ver Batalha (2000) e, também, Fausto (2009).

rário Brasileiro (1913). Ao analisar as resoluções desses dois congressos operários pioneiros, Addor (1986, p. 85-116) identifica uma orientação ideológica anarcossindicalista<sup>14</sup>.

A esse período seguiu-se uma fase (1914-1916) de dificuldades para as classes trabalhadoras, que viam seus empregos e conquistas ameaçados pela conjuntura econômica recessiva, relacionada à Primeira Guerra. O ano de 1917, porém, marcou uma significativa mudança de conjuntura: os anos 1917-1920, justamente o período em que Simonsen redigiu seus relatórios abordando a questão trabalhista, entrariam para a memória como o período de maior agitação trabalhista da Primeira República, com um importante ciclo de greves nas duas principais cidades do país. Associados a essas paralisações, estavam o agravamento da carestia, em decorrência dos efeitos recessivos da Primeira Guerra Mundial, e a vaga revolucionária europeia, aberta com a Revolução Russa.

Para Fausto (2000 [1976], p. 157-164), essa conjuntura se distinguiu das movimentações anteriores, caracterizando-se pela emergência, nos centros urbanos brasileiros, de um movimento social de base operária, que envolveu numerosas greves, a realização de algumas manifestações de massa e uma modificação geral das expectativas no cotidiano das pessoas: desenhou-se a possibilidade tangível de melhorias para os trabalhadores. Entre 1917 e 1920, o número de greves em São Paulo chegaria a mais de 100 e, no Rio de Janeiro, ultrapassaria 60, refletindo esse acirramento das tensões. A sindicalização teve ímpeto e o movimento ganhou a imprensa, passando a preocupar a elite dirigente. O foco das paralisações foram as fábricas propriamente ditas, sobretudo as têxteis, onde havia significativo contingente de mulheres e crianças trabalhando.

As reivindicações dos trabalhadores eram mais relacionadas à melhoria imediata de suas condições de vida do que à revolução social, ainda que houvesse setores movidos pelo ideal de uma sociedade igualitária. Um exemplo disso foi o Comitê de Defesa Proletária, que se formou em São Paulo durante as greves de 1917 e que tinha como pontos principais de sua pauta: aumento de salários, interdição ao trabalho de menores de 14 anos, abolição do trabalho noturno para mulheres e menores de 18 anos, jornada de oito horas, fim do trabalho nos sábados à

---

<sup>14</sup> Para uma cronologia dos episódios da luta operária na Primeira República, ver também Dias (1962, p. 239-317).

tarde, garantia de emprego e respeito ao direito de associação. Dentre as greves gerais do período, a mais marcante foi a de junho-julho de 1917, em São Paulo, tendo permanecido a mais forte na memória histórica do movimento. Começando por duas fábricas têxteis, estendeu-se para quase toda a classe trabalhadora da cidade. Bairros operários como Brás, Mooca e Ipiranga estiveram por dias em mãos dos grevistas. O governo mobilizou tropas para repressão e a Marinha chegou a enviar dois navios de guerra a Santos. Houve, ao final, um acordo com os industriais e o governo, mediado por um Comitê de Jornalistas: o resultado foi um aumento salarial e vagas promessas de atendimento às demais reivindicações (Fausto, 2000 [1976], 2009). Embora a greve geral de 1917, em São Paulo, seja a mais lembrada durante esse período, houve outros importantes levantes operários, dentre os quais se pode destacar a tentativa insurrecional anarquista de 1918, no Rio de Janeiro, estudada por Addor (1986).

No início dos anos 1920, o movimento começou a arrefecer devido às dificuldades de organização e de obtenção de êxitos e à repressão, que se intensificou, perseguindo especialmente os líderes operários estrangeiros. Como vimos, Simonsen trouxe à tona suas preocupações com a questão operária justamente no auge desse ciclo de greves: deve ser entendida nesse contexto sua preocupação de dar uma resposta, baseada nos princípios da administração científica, às questões trabalhistas.

A organização científica do trabalho tinha, portanto, um papel amplo dentro das concepções de Simonsen, nesse início do século XX. Segundo Maza (2004, p. 91-94), para além de trazer modificações diretamente ligadas à eficiência do processo de produção, no contexto de recuperação do primeiro pós-guerra, o discurso da racionalização cumpria a função de instituir uma nova forma de controle social sobre o trabalho, num contexto de importantes manifestações operárias. Como exemplificado na abordagem técnica de Simonsen para a determinação salarial, esse novo tipo de controle era baseado num discurso “científico” e, portanto, numa tentativa de transferir as disputas entre capital e trabalho da esfera da política para o âmbito, pretensamente neutro, da ciência e das “leis” econômicas<sup>15</sup>. Antonacci (1993, p. 37-39) leva esse argumento

---

<sup>15</sup> Embora concordemos com Maza no que se refere ao papel da administração científica nesses textos iniciais de Simonsen, relativos à Companhia Construtora de Santos e às

mais longe, ao afirmar que, com o recurso taylorista às normas técnicas como “árbitro do social” e com a conseqüente representação de uma ordem sem conflitos entre empregados e empregadores, Simonsen deixa entrever o advento do corporativismo: no lugar das tensões sociais, tem-se um organismo engrenado em torno de competências construídas, as quais seriam os alicerces de uma nova ordem social, tecnicamente planejada.

Em 1919, Simonsen recebeu um convite que lhe proporcionou um destaque novo, permitindo-lhe extrapolar o meio empresarial santista: foi chamado a integrar a Missão à Inglaterra, formada pelo governo brasileiro e chefiada por Pandiá Calógeras, a qual iria à Grã-Bretanha, nas palavras de Simonsen,

não á cata de representações ou visando um incremento provisório de relações commerciaes, mas sim conhecer em seus largos traços os grandes progressos da indústria ingleza, e ficarem habilitados a aconselhar quaes os productos e methodos que possam ser aproveitados para a intensificação economica do Brasil. (Simonsen, 1919a, p. 65-66)

Nesse mesmo discurso, proferido ainda no Brasil, vale destacar a crítica feita por Simonsen ao hábito dos brasileiros de encaminharem seus filhos para as profissões liberais, em vez de incentivá-los a dedicar-se aos “negócios” ou às profissões técnicas (Simonsen, 1919a, p. 59). Isso era parte do projeto pedagógico e acadêmico dentro do qual Simonsen recebeu sua formação em engenharia: combate ao bacharelismo e à mentalidade livresca. No que tange aos “aspectos brasileiros”, Simonsen via um problema de ausência de aparelhamento técnico como o grande entrave ao enriquecimento do Brasil:

---

questões trabalhistas, consideramos exagerada a extrapolação feita por esse autor, ao sugerir que as ideias de Simonsen sobre planejamento e industrialização integrada são uma “ampliação” de sua defesa da racionalização produtiva e do taylorismo (Maza, 2004, p. 95). Nesse momento, o projeto intelectual e nacional de Simonsen era de modernização, nos termos discutidos acima; o projeto ligado à industrialização planejada será distinto, por incorporar uma dimensão de construção histórica da nação independente, a partir da superação da condição colonial. Essa superação se daria por meio da criação de riquezas permanentes, oriundas da indústria, e não mais do comércio externo. Sobre esse ponto, ver Saes (2009).

O Brasil sem minas de carvão, no estado actual da sciencia, tinha de ser naturalmente, em primeiro logar agricola e pastoril. O combustivel barato attrahe a industria; o salario alto attrahe o braço e consequentemente a população; o povoamento condensado amplia o mercado e valoriza as terras, criando riquezas e formando organizações. (Simonsen, 1919a, p. 62)

É interessante que, embora fosse reconhecida a vocação agrícola – e os outros textos da Missão à Inglaterra confirmam esse reconhecimento –, ela não aparecia como algo irremediável em si, estando associada ao “estado actual da sciencia”. Nesse trecho, há o esboço de um raciocínio econômico logicamente encadeado: uma melhora de produtividade na extração de combustível reduz os custos para a indústria, que se instala e pressiona os salários. Cria-se um afluxo populacional e valorização das terras: em suma, criam-se riquezas. Fica claro, todavia, que nesse momento a ênfase era muito mais no aproveitamento da inserção primário-exportadora do Brasil do que em qualquer tentativa de se pensar a sua superação.

A despeito de uma valorização retórica da indústria, a sequência de discursos e artigos que compõem a Missão à Inglaterra mostrava que as preocupações de Simonsen (1919b, 1919c) estavam voltadas para o reforço da corrente comercial já existente, de produtos primários. Os temas dos artigos são ilustrativos: “A indústria de carnes frigoríficas no Brasil” e “Oportunidades para negócios de madeira no Brasil”.

No caso do setor de carne congelada, Simonsen defendia propostas como o estabelecimento de linhas regulares de navios frigoríficos entre Inglaterra e Brasil, inversão de capitais ingleses em terras e na indústria pecuária brasileira e a fundação de agências vendedoras de máquinas e de vagões frigoríficos. Como constata Suzigan (2000, p. 349-361), o período em questão de fato foi importante para o desenvolvimento do ramo frigorífico no Brasil: estimulado pela escassez de carne e derivados na Europa durante a Primeira Guerra, o setor frigorífico brasileiro recebeu importante incentivo governamental por meio do Decreto Legislativo n. 3.347, de 3 de outubro de 1917, que concedeu, por cinco anos a contar de 30 de junho de 1917, isenção de direitos alfandegários para qualquer importação de equipamento, maquinaria e utensílios não fabricados no Brasil, necessários à implantação de frigoríficos. Essa legislação, considerada exitosa, ensejou a criação de cinco frigoríficos no Brasil, sendo um deles em Santos, administrado pela já referida Com-

panhia Frigorífica de Santos, que foi incorporada por Roberto Simonsen. Tal empresa, entretanto, era controlada pela Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo, que era de propriedade de Antônio Prado e Alexandre Siciliano. Os abates excessivos no período da guerra e uma geadada em julho de 1918 colocaram a indústria frigorífica em dificuldades, situação que foi agravada pela valorização do mil-réis em 1919 e 1920: o resultado foi uma absorção das grandes empresas do setor pelo capital estrangeiro. A referida companhia incorporada por Simonsen foi encampada pelo Frigorífico Anglo, de origem britânica, em 1924.

Ainda na sequência da Missão à Inglaterra, há um texto sobre metalurgia, no qual Simonsen reiterava a inserção brasileira na divisão internacional do trabalho:

Nós viemos de um paiz reconhecidamente rico em minerios de toda sorte. Vós tendes a experiencia e o capital: nós, a materia prima e a ancia do progresso. O estabelecimento de succursaes de vossas industrias no paiz e a collaboração de vossos elementos de trabalho no desenvolvimento de nossas riquezas naturaes concorrerão sem duvida para o estreitamento do intercambio anglo-brasileiro. (Simonsen, 1919d, p. 85)

Confirma-se a ideia de um projeto de modernização, no sentido da sofisticação dos padrões de consumo e da racionalização produtiva, no âmbito da divisão internacional do trabalho tradicional. A passagem seguinte sintetiza isso: “O Velho Brasil que entre o vosso povo tão pittorescamente ficou conhecido pelas suas castanhas, transformou-se em um Novo Brasil, que está neste momento desenvolvendo sua produção, justamente em artigos que a Inglaterra consome largamente” (Simonsen, 1919e, p. 69).

Ou seja, tratava-se de “desenvolver a produção”, não mais de “castanhas” mas de produtos ainda assim exportáveis para a Inglaterra. Além de integrar a Missão à Inglaterra, Simonsen foi, nessa mesma viagem, o delegado brasileiro do Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, em Paris, em que apresentou um estudo em 4 de setembro de 1919. De acordo com o próprio Simonsen (1919f, p. 91-92), o estudo foi bem recebido e resultou na vinda de Arno Pearce ao Brasil, com o intuito de verificar o que a Federação Internacional dos Industriais de Algodão poderia fazer para melhorar a cultura desse produto no Brasil.

### 3. Simonsen e questões urbanas: Santos e São Paulo

A vida profissional de Simonsen se iniciou, talvez por influência do avô materno<sup>16</sup>, na Southern Brazil Railway, onde trabalhou de 1909 a 1910. Entre 1911 e 1912, trabalhou na Prefeitura de Santos, como diretor-geral e, depois, engenheiro-chefe da Comissão de Melhoramentos do Município de Santos. Nessas funções, Simonsen organizou um plano de melhoramentos da cidade, que incluía recalçamento de ruas, drenagem de águas pluviais e estudos sobre passeios e arborização. Em 1912, retirou-se da Prefeitura para fundar, com alguns amigos, aquela que seria a célula-mãe de suas empresas: a Companhia Construtora de Santos<sup>17</sup>.

Essa Companhia construiu diversas residências, vilas operárias, armazéns, teatro, matadouro, frigoríficos, igrejas, campos esportivos, bancos, bem como executou obras de calçamento de ruas. Numa tentativa de “criar mercado” para a Companhia Construtora no âmbito privado, foram organizados outros empreendimentos, sempre com participação da empresa principal: apareceram, então, a Companhia Santista de Habitações Econômicas, a Companhia Parque Balneário, a Companhia Brasileira de Calçamentos e a Companhia Frigorífica de Santos. Obras marcantes dessas empresas são, no município de Santos, o Monumento aos Andradas, o edifício da Bolsa do Café e o bairro operário de Vila Belmiro. No Relatório da Companhia de 1918, publicado em *À margem da profissão* (1932), o autor procurou se defender de ataques dirigidos à sua construtora por parte de “certa imprensa de Santos”. Sua prestação de contas referia-se às empresas mencionadas acima, de cuja administração Simonsen participou, à parte do cargo de diretor da Companhia Construtora de Santos.

A Companhia Santista de Habitações Econômicas merece alguma atenção, por ter sido idealizada para a construção, em Santos, de uma

---

<sup>16</sup> Simonsen fez os estudos secundários no Ginásio Anglo-Brasileiro, tendo mudado de Santos para São Paulo, para morar com o avô materno. O avô de Roberto Simonsen, o engenheiro Wallace da Gama Cochrane, trabalhou nas estradas de ferro Central do Brasil e Santos-Jundiá. Wallace Cochrane foi deputado à Assembleia Legislativa Provincial de 1870 a 1879 e fez parte da primeira Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. Ver Lima (1976).

<sup>17</sup> *Anuario da Escola Polytechnica de São Paulo – 1909, Arquivo Histórico da Escola Politécnica. Ver também Santos (1985, p. 46-48).*

vila operária-modelo, em período considerado chave na história da construção de vilas operárias no Brasil. Segundo Teixeira (1990, p. 60-101), datam da década de 1890 os primeiros documentos em que se aventava a construção de vilas operárias, no entorno da cidade de São Paulo, como forma de melhorar – ou “higienizar” – as precárias condições prevalentes nos cortiços. Blay (1985, p. 79), por outro lado, argumenta que essas vilas tinham papel de preservar e reproduzir a mão de obra operária – o que incluía melhores condições de moradia – numa fase em que a industrialização exigia uma alta demanda por trabalhadores. O empresário, nesse sentido, criava estratégias para reduzir o risco de interrupções na produção ou falta de trabalhadores especializados: a vila operária “torna possível *armazenar* a força de trabalho livre” necessária à produção” (Blay, 1985, p. 40). Nas duas primeiras décadas do século XX, a construção de vilas operárias tornou-se negócio lucrativo: houve um movimento, do qual a empresa de Simonsen parece beneficiar-se, de incentivo estatal à iniciativa privada, para que se construíssem moradias operárias. O poder público limitou os juros para o capital investido em tais empreendimentos, tornando-os mais rentáveis.

A construção dessas vilas também está inserida num projeto racional de moldagem de um novo trabalhador: se, até os anos 1910, as medidas preconizadas pelos empresários ao lidar com os trabalhadores eram de caráter punitivo, o novo trabalhador que começa a surgir nesse momento atua numa fábrica higiênica, que funciona de acordo com os princípios racionais defendidos por Simonsen e por outros empresários, como Jorge Street. Esses operários tinham diante de si não mais patrões arbitrários, mas sim benfeitores e preocupados com seu bem-estar. No limite, a construção de vilas operárias era parte do projeto mais geral de modernização pelo alto, que estava associado à construção de uma hegemonia ideológica burguesa, na medida em que permitia que vigo-rassem, não só no interior da fábrica, valores ligados à racionalização e ordem (Teixeira, 1990, p. 74).

Com apoio da Câmara Municipal de Santos e de Belmiro Ribeiro<sup>18</sup> para obtenção do capital inicial e escolha do terreno, Simonsen criou a referida Companhia de Habitações, construtora de casas operárias, com

---

<sup>18</sup> Belmiro Ribeiro de Moraes e Silva foi um político influente na cidade de Santos, na Primeira República.

capital inicial de 500 contos. A principal realização da empresa foi a construção do Bairro Modelo, ou Vila Belmiro, cujo arruamento, nas palavras de Simonsen, “obedece aos mais modernos preceitos da ‘Town-planning’” (Simonsen, 1918/1919, p. 37-53). Tratava-se de transpor, para as habitações operárias, aquilo que Simonsen defendia como princípio norteador da produção: a organização racional. Em seu relatório, Simonsen notava, no entanto, que as casas construídas por sua Companhia não eram habitadas por operários propriamente ditos: “nunca foram ellas [as casas] habitadas por operarios, propriamente, mas sim por elementos da classe média, os ‘operários de casaca’” (Simonsen, 1918/1919, p. 41). De fato, o preço mencionado por Simonsen, 60 mil-réis pelo aluguel de uma casa em Vila Belmiro, parece incompatível com a renda que um trabalhador braçal da época despenderia com habitação, ao se tomar a cifra apresentada por Teixeira (1990) para a renda média desse tipo de trabalhador em São Paulo: entre 60 mil-réis e 75 mil-réis.

O estudo de Lanna (1999) corrobora o relatório de Simonsen, ao salientar que o projeto de construção de habitações operárias em Santos, encampado pela Companhia Construtora, fálhou devido à concorrência imposta pela construção clandestina de casas de madeira. O foco da empresa teria passado, a partir de então, à construção de palacetes sofisticados na região das praias. A autora insere essa tentativa de construção de moradias operárias no cenário de “guerra aos cortiços”, parte do processo de transformação urbana vivido pela cidade de Santos sob a égide do grande capital ligado ao café. Era necessário criar uma cidade para o comércio e para o consumo das elites, de acordo com padrões europeus: traços do cotidiano das populações trabalhadoras – jogos, festejos e mesmo as formas de morar – foram colocados no território do indesejável. Os cortiços, bem como seus habitantes, eram encarados como promíscuos, devendo ser alijados da nova vida urbana incorporada pela elite.

Fora de Santos, as obras mais destacadas do grupo empresarial de Simonsen foram os quartéis construídos para o Exército, entre 1922 e 1923. As obras para o Exército foram de porte considerável, chegando a empregar, em alguns meses, mais de 15 mil operários espalhados pelo território nacional. Foram construídos quartéis no Distrito Federal, no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Goiás, em Mato Grosso, em Minas Gerais, no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. Esse episódio da construção dos quartéis pela Companhia Construtora de

Santos foi relatado por Simonsen em livro de 1931, cujo objetivo era a defesa contra críticas, circulantes à época, de que haveria favorecimento nos contratos firmados entre a Companhia e o governo federal. As obras foram contratadas por Pandiá Calógeras, ministro do governo de Epitácio Pessoa. Tiveram início em 1921 e foram suspensas em 23 de dezembro de 1924 por decreto presidencial. Os motivos, alegados por Simonsen, para a paralisação das obras eram a instabilidade trazida pelas instabilidades no Rio Grande do Sul, onde se concentravam as obras ainda em andamento, e as dificuldades financeiras do Tesouro Nacional. Das 53 obras contratadas, Simonsen registra que 38 haviam sido entregues até meados de 1924. No livro de 1931, Simonsen comentava sobre as dificuldades inerentes à construção dos quartéis: era necessário contornar os aumentos salariais e a baixa cambial verificados na época da construção dos quartéis. Assinalava que esses entraves deveriam ser superados recorrendo-se a um “grande esforço de organização”, que passaria pela determinação dos tipos de materiais mais adequados, pelo estabelecimento de concorrências para contratar os fornecedores mais baratos, entre outras práticas destinadas a tornar mais eficiente a execução das obras (Simonsen, 1931, p. 47, 111-114).

A inserção de Simonsen na lógica da modernização também aparece no caso da obra para a Bolsa do Café. O Palácio da Bolsa do Café, construído pela Companhia, é um edifício emblemático da força hegemônica do grande capital mercantil, ligado à economia cafeeira. Principal porto de escoamento do café, Santos viveu intensas transformações no começo do século XX, dentro do processo de modernização pela via da incorporação de novos padrões de vida imitados do exterior, por parte das elites. A Bolsa do Café teria sido um marco urbano dessa modernização: de acordo com Lanna, o Palácio da Bolsa refletia o projeto da elite cafeeira, que vinculava a produção de riqueza ao campo, sendo a cidade o lugar do comércio e do dispêndio determinado por padrões imitados do estrangeiro.

A proposta elaborada por essa elite [cafeeira] compreendia um campo produtor onde residiria a maioria dos trabalhadores, inclusive imigrantes. Contraposta e vinculada a esse universo rural, a cidade aparecia formulada utopicamente como lugar de comércio e consumo, europeizada, lugar privilegiado das elites e de uma população trabalhadora necessária mas

colocada sob severos controles e restrições. Não por acaso as esculturas que adornavam a fachada do edifício [da Bolsa] simbolizavam a agricultura e o comércio. A cidade aparecia no Palácio apenas através dos painéis internos executados por Benedito Calixto. (Lanna, 1999, p. 104-105)

Outro exemplo do tipo de questão urbana que interessava a Simonsen nesse momento é a controvérsia sobre o asfaltamento em São Paulo, entre o próprio Simonsen e Victor da Silva Freire, que se deu na imprensa paulistana e resultou na publicação de um pequeno volume em 1923, contendo os pareceres trocados entre os dois engenheiros<sup>19</sup>. A discussão se dava em torno do tipo de calçamento que deveria ser utilizado na cidade de São Paulo, no início da década de 1920. A participação de Roberto Simonsen no episódio se deu por meio de uma controvérsia com Silva Freire, engenheiro e professor da Escola Politécnica, em torno de uma questão técnica, travada nos termos da época e utilizando referências estrangeiras, sobretudo americanas e francesas. O objeto da polêmica era a atribuição dos problemas existentes no calçamento de São Paulo ao tipo de betume utilizado na composição da massa asfáltica. Sem entrar nos pormenores da discussão, de resto técnica e datada, convém ressaltar que a controvérsia resvalou para uma oposição entre uma postura mais empírica, defendida por Silva Freire, e uma posição mais “científica”, mais valorizadora dos “testes realizados em laboratório”, que era a de Roberto Simonsen.

Para além do conteúdo em si, de caráter técnico, vale observar que Victor da Silva Freire era, naquela altura, o diretor de Obras Públicas da Municipalidade de São Paulo, responsável por implantar importantes medidas urbanísticas na capital paulista, no início do século XX. Essas medidas estariam vinculadas a um projeto de higienização urbana, por meio da implantação de um projeto de cidade salubre. Teria sido Freire o responsável pela introdução, na legislação municipal paulistana, dos conceitos de “isolação” e “aeração”, que operaram modificações importantes na paisagem urbana, como alterações no formato das janelas, que

---

<sup>19</sup> O livro em questão (Simonsen; Queiroz, 1923) contém os seguintes capítulos: 1) “O asfaltamento de São Paulo”, originalmente publicado em *O Estado de S. Paulo*, de 23 de março de 1923. 2) “A questão do asfalto”, originalmente publicado em *O Estado de S. Paulo*, de 25 de março de 1923. 3) “O asfaltamento de São Paulo”, publicado em *O Estado de S. Paulo*, em 17 de abril de 1923.

visavam a uma melhor ventilação, dentro da ideia de casa salubre. Também se credita a Victor da Silva Freire o plano do Vale do Anhangabaú, que deveria ser uma espécie de pulmão, higienizando o triângulo central paulistano e tornando a área um local de recreio e usufruto estético (Simões Júnior, 2008). O triângulo formado pelas ruas XV de Novembro, São Bento e Direita era o local onde, segundo Deaecto, se “ostentavam todas as manifestações do progresso” (Deaecto, 2001, p. 18) da elite urbana cafeeira, concentrando os melhoramentos urbanos, o setor financeiro e o comércio mais luxuoso da capital, com as edificações mais imponentes da cidade de início do século XX<sup>20</sup>.

A discussão com Victor da Silva Freire, travada em público, no *Jornal do Commercio* e no *O Estado de S. Paulo*, entre março e abril de 1923, se deu sobre um tema diretamente ligado ao processo de modernização vivido pelo Brasil nesse momento: a preocupação, tanto de Simonsen quanto de Silva Freire, era bem aplicar os princípios consignados nos manuais americanos e franceses ao calçamento paulistano. O próprio projeto de higienização urbana levado a cabo por Victor da Silva Freire em São Paulo, semelhante ao que também se implementava no Rio de Janeiro, no âmbito das reformas de Pereira Passos, é exemplar dessa modernização que passa pelos serviços urbanos e pela imitação de padrões de vida estrangeiros<sup>21</sup>. Simonsen, como se observou, entrou no debate como opositor a Silva Freire, mas estava preocupado com os planos de urbanização da cidade de São Paulo.

No último parecer sobre asfaltamento, publicado em 1923, Simonsen assumiu uma postura menos técnica e mais política ao rebater a declaração do vereador Orlando de Almeida Prado, em apoio à lei que nomeava Victor da Silva Freire representante brasileiro no Congresso Internacional de Estradas, a realizar-se em Sevilha, Espanha. O argumento favorável à lei era que o diretor de Obras Públicas encontraria, no evento, subsídios adequados para a abertura de uma concorrência pública de asfaltamento “em virtude da falta patente, indiscutível, de individualidades nacionais, familiarizadas com assumpto de tal modo especial” (Simonsen; Queiroz, 1923, p. 124). Simonsen respondeu que essa pos-

---

<sup>20</sup> Sobre São Paulo nesse período, ver ainda Americano (2004).

<sup>21</sup> Para as reformas empreendidas por Pereira Passos no Rio de Janeiro, cf. Benchimol (1992).

tura, reflexo do pensamento do diretor Silva Freire, só fazia amesquinhar o papel da engenharia brasileira e as instituições técnicas do país. “Para se poder julgar de uma sciencia e tambem do valor da sua applicação, não são indispensaveis congressos internacionaes em que se tratam os assumptos sob um character muito geral e vago, e aos quaes as adhesões de interessados são voluntarias e facultativas” (Simonsen; Queiroz, 1923, p. 124). Esse ataque mais pessoal a Silva Freire e ao vereador Almeida Prado pode estar associado a uma outra dimensão do debate sobre o calçamento de São Paulo, ligada a interesses políticos e econômicos. De acordo com Maza (2004, p. 104), havia uma disputa em curso, entre a firma Monteiro Aranha e outras, dentre elas a de Simonsen, pela realização das obras de asfaltamento na capital paulista.

Esses pareceres são representativos das preocupações de Simonsen nesse momento: há alguns traços de defesa da engenharia nacional, mas ainda inseridos na lógica da modernização do início do século XX, desvinculada de um projeto orientado pelo nacionalismo industrialista que embasaria a *História econômica do Brasil* (1937) e a participação de Simonsen no debate do planejamento com Eugênio Gudín. Ainda no período da Primeira República, a situação começou a alterar-se, no sentido de uma preocupação maior, por parte de Simonsen, com problemas nacionais e da incorporação de questões relativas à industrialização em meados da década de 1920, num processo correlato à diversificação industrial que ocorreu no Brasil nesses anos. Segundo Suzigan (2000, p. 90-92), o período 1919-1929 foi um momento em que o investimento industrial se elevou em praticamente todos os setores. Ramos tradicionais, como têxteis, calçados e alimentação, tiveram sua capacidade ampliada e/ou modernizada. No ramo têxtil, além da ampliação da tecelagem de algodão, introduziu-se a fabricação de seda artificial (raiom). Os setores de moagem de trigo, açúcar e cerveja realizaram grandes investimentos. Para além da ampliação do parque já existente, houve um processo de diversificação significativo. A primeira fábrica de cimento bem-sucedida foi construída em 1924-1926 e foram construídas cinco usinas siderúrgicas, das quais três foram exitosas. No ramo metalúrgico, o investimento ampliou-se com o início da produção de máquinas agrícolas pesadas e equipamento industrial leve. As indústrias que se instalaram no parque brasileiro nos anos 1920 incluem borracha, química, farmacêutica e perfumaria.

A participação de Simonsen nesse momento de diversificação é atestada pelos cargos que assumiu no período. Em 1923, assumiu a Presidência do Sindicato Nacional dos Combustíveis Líquidos e, no ano seguinte, passou a dirigir a Cerâmica São Caetano. Em 1926, organizou a Companhia Nacional da Borracha e a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre. Simonsen também ingressou no comércio de café, tendo fundado, em sociedade com o cunhado, Edwin Murray, a Casa Comissária Murray, Simonsen e Cia. Ltda., que representou os Lazard Brothers, banqueiros ingleses financiadores do Instituto Paulista de Defesa do Café durante o governo Washington Luís.

Durante esse período dos anos 1920, Simonsen se afirmou como líder industrial importante, mas seu projeto intelectual e de país ainda era mais ligado à ideia de modernização e de aprofundamento do processo em curso de crescimento de certos setores da economia, do que à noção de superação de uma estrutura atrasada por meio do processo de industrialização. A hegemonia econômica e política do grande capital mercantil, diretamente dependente da produção agroexportadora, não dava condições de possibilidade a uma atuação política e intelectual mais marcadamente voltada para a indústria e para pensar seu papel na superação do atraso brasileiro.

## **Considerações finais**

Formado em 1909 pela Escola Politécnica de São Paulo, Roberto Simonsen teve contato com um conhecimento econômico mais aplicado, as questões tratadas eram relacionadas à administração científica, isto é, à condução eficiente do processo produtivo, do ponto de vista do capitalista privado. Iniciou sua carreira profissional no setor de construção civil, dirigindo uma empresa que contribuiu para a modernização da cidade de Santos e que executou obras públicas em vários pontos do território nacional. Como membro da Missão à Inglaterra, Simonsen defendeu o estreitamento dos vínculos comerciais já existentes do Brasil com a potência britânica, num reforço da posição brasileira de exportador de gêneros primários, como madeira, carne congelada e algodão. Em São Paulo, tomou parte numa discussão de caráter técnico, mas que também envolvia interesses políticos e econômicos, sobre

o tipo de asfaltamento a ser aplicado na cidade, envolvendo-se em debate com Victor da Silva Freire, que foi um agente importante das reformas urbanas que modernizaram a capital paulista, num projeto de higienização urbana típico do início do século XX.

Esse quadro ressalta uma faceta do pensamento de Roberto Simonsen relacionada à modernização, e não à defesa da industrialização planejada e do protecionismo, pela qual Simonsen se notabilizaria mais tarde. Embora se tenha comprometido, a partir do final dos anos 1920 e ao longo das décadas de 1930 e 1940, com a defesa do desenvolvimento industrial e com a produção e veiculação de um conhecimento econômico e histórico ligado ao nacionalismo industrialista, Simonsen se apresentava, nessa fase inicial de sua carreira, como um agente inserido na lógica da modernização. Seus projetos e sua atuação profissional ainda eram marcados profundamente por esse sentido de promover uma rápida incorporação de padrões de consumo estrangeiros, acelerando a introdução de benfeitorias, seja na perspectiva de organização da produção, seja nos debates sobre a construção do mundo urbano que surgia no Brasil no início do século XX. Sua formação na Escola Politécnica de São Paulo e o contexto internacional favorável à importação de técnicas e bens estrangeiros antes do início da Primeira Guerra Mundial, como depois na década de 1920, induziam a que tais perspectivas – de se pensar os caminhos para a modernização econômica e de elaboração de projetos para os centros urbanos em expansão – fossem dominantes no ideário político e intelectual da época.

O estudo desses textos iniciais de Simonsen proporciona um ângulo privilegiado de observação da modernização em curso no Brasil da Primeira República, ao trazer à tona as questões tratadas por um empresário que teve participação ativa nesse processo. Por outro lado, a análise ilumina aspectos do pensamento econômico do autor: questões relativas à organização produtiva, por exemplo, estiveram presentes em seus textos até a década de 1940. Ademais, ao contrastar essa produção do início do século com obras como *História econômica do Brasil* (1937) e os pareceres da controvérsia do planejamento (1944–1945), percebem-se mudanças importantes, de enfoque e de posicionamento, no pensamento de Simonsen. Certamente, essas mudanças estão associadas ao tipo de questão urgente em cada momento histórico: no início do século, a produtividade da empresa privada, as reformas na cidade de São

Paulo, o comércio de bens primários com a Inglaterra; nos anos 1930 e 1940, a busca pelas razões históricas do atraso industrial e a proposição enfática de estratégias para a superação desse atraso, como a proteção alfandegária e o planejamento.

## Referências bibliográficas

### Fontes

#### 1) Textos de Roberto Simonsen:

*O calçamento de asfalto em São Paulo*. São Paulo: Typographia Brazil de Rothschild, 1923 (publicado em coautoria com Luiz Augusto Pereira Queiroz).

*A construção de quartéis para o Exército*. São Paulo: s.ed., 1931.

*À margem da profissão*. São Paulo: Editora São Paulo, 1932.

“Pelo trabalho organizado – Resposta à saudação dos companheiros de trabalho, após a terminação da epidemia de gripe hespanhola, a 9 de dezembro de 1918” [1918a].

“Orientação agrícola brasileira – Saudação ao ministro da Agricultura, Exmo. Sr. Dr. Padua Salles, no banquete que lhe ofereceu a cidade de Santos, a 27 de dezembro de 1918” [1918b].

“Problemas de administração – Excerptos dos relatorios apresentados á Directoria e assembléa de accionistas da Companhia Construtora de Santos em 1918 e 1919” [1918/1919].

“Missão à Inglaterra – A) Orientação commercial brasileira” [1919a].

“Missão à Inglaterra – D) A Industria de Carnes Frigorificas no Brasil. Artigo publicado no ‘Times’, de Londres, a 19 de julho 1919” [1919b], p. 72-77.

“Missão à Inglaterra – E) Oportunidade para negocios de madeiras no Brasil. Artigo publicado no ‘Tines’ de Londres, conjuntamente com o Dr. Manoel de Souza Bandeira, em julho de 1919” [1919c].

“Missão à Inglaterra – F) A industria metalurgica. Palavras pronunciadas em Swansea, no Cameron Hotel, em agradecimento á saudação de F.W. Gilbertson, presidente da Bolsa de Metaes de Swansea, a 14 de agosto de 1919” [1919d].

“Missão à Inglaterra – B) Relações anglo-brasileiras. Palavras pronunciadas no Savoy Hotel, em Londres, a 28 de junho de 1919, no banquete offerecido pela Federação dos Industriaes Britannicos á Delegação Commercial Brasileira” [1919e].

“Missão à Inglaterra – I) Possibilidades Algodoeiras no Brasil. These apresentada ao Congresso Internacional dos Industriaes de Algodão realizado em Paris, a 4 de setembro de 1919, onde o autor foi delegado unico do Brasil” [1919f].

*Historia economica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, 2 v.  
*A evolução industrial do Brasil*. São Paulo: FIESP, 1939.  
*Ensaíes sociais, políticos e econômicos*. São Paulo: FIESP, 1943.  
“Jornada contra o desperdício” [1938].  
“A indústria e as pesquisas tecnológicas” [1941].

## 2) Fontes de arquivo:

Arquivo Histórico da Escola Politécnica da USP  
*Anuario da Escola Polytechnica de São Paulo – 1909*.  
Fundo Escola Polytechnica, caixas 19, 20, 21.  
Pasta do ex-aluno Roberto Simonsen.  
Pasta do ex-professor Brazilio de Campos.

## Bibliografia

ADDOR, Carlos Augusto. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.

AIDAR, José Luiz; CYTRYNOWICZ, Roney; ZURQUIM, Judith. *Escola Politécnica 100 anos. São Paulo: Expressão e Cultura, 1993*.

AMERICANO, Jorge. *São Paulo naqueles tempos: 1895-1915*. São Paulo: Carrenho/Narrativa Um, 2004.

ANTONACCI, Maria Antonieta Martinez. *A vitória da razão (?): o IDORT e a sociedade paulista*. São Paulo: Marco Zero, 1993.

BACKES, Ana Luiza. *Fundamentos da ordem republicana: repensando o pacto de Campos de Sales*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2006.

BATALHA, Claudio Henrique de Moraes. *O movimento operário na Primeira República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo econômico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BLAY, Eva Alterman. *Eu não tenho onde morar: vilas operárias na cidade de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1985.

BURNS, E. Bradford. Cultures in conflicts: the implication of modernization in nineteenth-century Latin America. In: BERNHARD, Virginia. *Elites, masses and modernization in Latin America, 1850-1930*. Texas: University of Texas Press, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: LTC, 1970.

CASTRO, Ana Célia. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

- CEPÊDA, Vera Alves. *Roberto Simonsen e a formação da ideologia industrial no Brasil: limites e impasses*. São Paulo: FFLCH-USP, 2003 (Tese de Doutorado).
- COSTA, Emília Viotti da. *Urbanização no Brasil no século XIX. Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora UNESP, 1999.
- DEAECTO, Marisa Midore. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo*. São Paulo: Senac-SP, 2001.
- DIAS, Everardo. *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Edaglit, 1962.
- FANGANIELLO, Helena. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico*. São Paulo: FEA-USP, 1970.
- FAORO, Raymundo. A questão nacional: a modernização. *Estudos Avançados*, 6 (14), 1992.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 (1976).
- FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 13. ed. São Paulo: EDUSP, 2009.
- FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- GERSCHENKRON, Alexander. *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Harvard University Press, 1966.
- GIDDENS, Anthony. *The consequences of modernity*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos Impérios: 1875-1914*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte. A transformação urbana: Santos, 1870-1920. *Revista USP*. São Paulo, USP, n. 41, mar.-maio 1999.
- LIMA, Heitor Ferreira. *3 industrialistas brasileiros*. São Paulo: Alfa Omega, 1976.
- MAZA, Fábio. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: FIESP/CIESP, 2004.
- MELLO, João Manoel Cardoso de; NOVAIS, Fernando Antônio. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARCZ, Lília Mortiz (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. V. 4. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- OLIVEIRA, Milena Fernandes de. *Consumo e cultura material, São Paulo "belle époque" (1890-1915)*. Campinas: IE-UNICAMP, 2009 (Tese de Doutorado).
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1969.
- ROMERO, José Luis. *América Latina*. As cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- SAES, Alexandre. *Conflitos do capital*. Bauru: EDUSC, 2010.
- SAES, Alexandre. Modernizing electric utilities in Brazil: national vs. foreign capital, 1889-1930. *Business History Review*, 87, Summer 2013.

- SAES, Flávio Azevedo Marques de. Industrialização e desenvolvimento na perspectiva de duas gerações de pensadores brasileiros: Roberto Simonsen e Celso Furtado. In: COELHO, Francisco da Silva; GRANZIERA, Rui Guilherme. *Celso Furtado e a formação econômica do Brasil*: Edição Comemorativa dos 50 Anos de Publicação (1959-2009). São Paulo: Atlas, 2009.
- SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos. *Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1894-1984)*. São Paulo: Reitoria da USP/EPUSP, 1985.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. A pesquisa e o debate urbanístico em São Paulo (1900-1920): as proposições em torno do tema da “casa e cidade salubres”. *Arq.urb.* São Paulo, USJT, n. 1, 2008.
- SILVA, Marina Correia Vaz. *Da maria-fumaça à fumaça das fábricas: a ELSP de São Paulo*. São Paulo: FE-USP, 1994 (Tese de Doutorado).
- SOLÉ, Carlota; SMITH, A. D. *Modernidad y modernización*. Col. Barcelona: Anthropos, 1998.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: HUCITEC/UNICAMP, 2000.
- TAYLOR, Frederick Winslow. *The principles of scientific management*. New York/London: Harper & Brothers, 1942 (1911).
- TEIXEIRA, Palmira Petratti. *A fábrica do sonho: trajetória do industrial Jorge Street*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.